



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 15

5.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Parente (em substituição de António Ventura, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Branca José Santana, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplicio, Fernando José Patrão Areias, Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Diogo Júlio Serra, Vera Alexandra Caixeiro, Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lácio Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha e Francisco Manuel Frutuoso Carriço. -----

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques deu por aberta a sessão eram 21:19 horas.

Informou existir uma inscrição prévia, apresentada à mesa e concedeu a palavra a Luís Testa.

No uso da mesma, Luís Testa disse que, antes de entrarem no único ponto da ordem de trabalhos, pretendeu fazer uma interpelação à mesa, no sentido de obter informação relativamente à proposta que tinha presidido à realização daquela reunião extraordinária. Embora compreendesse a urgência da aprovação daquela matéria, referiu que não compreendiam que se fizesse um esforço, do ponto de vista da participação dos eleitos da Assembleia Municipal, do ponto de vista financeiro do Município e que não se tivessem em linha de conta as necessidades do concelho, bem como as ambições dos autarcas eleitos no concelho de Portalegre. Portanto, seria lógico, no momento em que todos perceberam que havia uma necessidade de compromissos políticos e públicos com o Município e em que as forças vivas eram efetivadas a prestar colaboração ao Município, aproveitar aquele fórum para albergar os contributos que estavam dispostos a dar à maioria. Achava ter sido de bom tom que os grupos municipais tivessem sido ouvidos, aquando da ideia de convocação daquela reunião, para poderem ter ali propostas concretas, relativamente ao futuro do concelho. Na sua opinião, tinha-se perdido a oportunidade de causar uma boa impressão. Alertou para a necessidade de, quando o fórum de discussão fosse reduzido a um ponto burocrático, ser aproveitado o esforço para ali discutirem o rumo do concelho de Portalegre, ou a falta dele, pois era uma necessidade do município e não dos vereadores ou do PS. -----

A Presidente da Mesa lembrou que a marcação daquela Assembleia decorria da intervenção do membro Luís Testa e a resposta foi dada pelo próprio, no início da sua intervenção. Informou que era a urgência do assunto que os levou ali, pois a captação do investimento e realização do mesmo era fundamental para Portalegre. E que como o membro Luís Testa sabia o que estava a fazer não era uma interpelação. -----

Quanto às propostas, referiu que estavam ali, numa assembleia extraordinária, para discutir um ponto único e as propostas decidiam-se noutras sedes e noutra generalidade. Portanto, parecia-lhe que todos saberiam a razão de ser da intervenção do membro Luís Testa. Naquela sessão estava em causa a alteração ao plano de pormenor da zona industrial e não as propostas para o futuro do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Testa disse que o regime era democrático e que convivia bem com o mesmo. Acrescentou que aquela reunião tinha um único ponto de discussão por decisão, única e exclusiva da Presidente da Assembleia Municipal. A mesma deveria ter tido a sensibilidade de ler o que estava na opinião pública e nos comunicados dos diversos partidos e da Presidente de Câmara, para perceber da necessidade de albergar naquela reunião outros pontos para além daquele, porque não havia Regimento nenhum que dissesse que uma assembleia extraordinária tivesse, única e exclusivamente, um ponto de discussão. Aquele ponto tinha sido o que a Presidente da Câmara requereu, e bem, mas tudo resto poderia ser deixado, ou à conclusão da Presidente da Assembleia Municipal, ou participado pelos restantes grupos da Assembleia. Contudo, nem uma coisa, nem outra. Portanto, aquilo que o PS tinha a manifestar era a estranheza de se esgotar uma sessão da Assembleia Municipal para discutir unicamente um ponto, meramente burocrático, o qual não devia demorar mais de trinta minutos a decidir. -----

A Presidente da Mesa disse que não iria sequer replicar e perguntou se quem apresentou o ponto tinha algo a dizer sobre o mesmo. -----

A Presidente da Câmara respondeu negativamente. -----

ORDEM DO DIA:

1 - Plano de Pormenor da Zona Industrial de Portalegre/Alteração

Presente alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Portalegre. -----

Pedindo a palavra, Hugo Capote disse estranhar que ninguém da Câmara fizesse qualquer explicação sobre o ponto em causa. Gostaria de saber porque é que foram precisas várias conferências de serviço até que as Estradas de Portugal dessem um parecer favorável, ainda que mediante alguns critérios e algumas alterações, as quais nem estavam especificadas em lado nenhum. Perguntou quais tinham sido as alterações. Presumia que fossem falar ali de uma alteração ao plano de expansão da zona industrial, que iria permitir uma ligação direta ao IP2. Gostaria, inclusive, de saber quais os pontos que as Estradas de Portugal levantaram ao Município, até que dessem o seu parecer favorável. -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara a mesma disse que aquela reunião se devia ao facto de já ter decorrido o processo de consulta pública, que era obrigatório e que tinha coincido, exatamente, com aquela altura. Mais disse que, conforme estava estipulado em protocolo, havia a necessidade de se fazer a transferência entre a Serraleite e a Jerónimo Martins. A escritura iria ser feita no dia seguinte e o trespasse no dia 01 de junho. Em relação às Estradas de Portugal, foram feitas algumas reuniões e foi explicado pelos engenheiros da Jerónimo Martins que, tendo em conta o número de camiões (cerca de 60) a circular diariamente naquela zona, teriam necessidade de os mesmos entrarem diretamente no espaço. Perante tal, solicitou-se que ficasse definido o melhor traçado e, de facto, os camiões irão entrar em mão, sem trazer qualquer perigo para o restante tráfego. Por outro lado, era uma melhoria para os acessos naquela parte da zona industrial. -----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou como é que um camião saía da zona industrial e entrava em mão no IP2 e como é que vinha do IP2 e entrava em mão na zona industrial, questionando se seria possível tecnicamente -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que nas peças se podia verificar no triângulo, quem vinha do lado de Monforte, entrava em mão naquela zona e saía do outro lado. O triângulo estava na zona industrial, fora do IP2.-----

No uso da palavra, Hugo Capote voltou a perguntar qual era o problema que as Estradas de Portugal levantaram na conferência de serviços, para darem o parecer favorável.-----

Dada a palavra ao Vereador Nuno Santana o mesmo informou que tinha havido uma conferência de serviços e que o primeiro parecer das Estradas de Portugal tinha sido desfavorável, porque havia umas questões técnicas, a nível de sinalética e de segurança que tiveram de ser corrigidas. Mas, após retificação do projeto, foi deferida a pretensão. Acrescentou que na saída do IP2, ao entrar na zona industrial (Monforte - Portalegre), existiam ali umas questões na faixa de acesso à zona industrial, mas que permitia a saída da zona industrial e entrada no IP2 em mão. -----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou se os camiões que vinham do lado de Castelo de Vide, poderiam entrar para a zona industrial por aquele triângulo, se entravam pelo caminho normal ou pelo nó e se as questões colocadas pela Estradas de Portugal tinham a ver com aqueles acessos. Acrescentou que o seu sentido de voto não iria ser favorável, porque não tinha memória curta e porque, enquanto foi vereador, tiveram uma proposta de uma situação semelhante àquela, na qual se propôs que houvesse uma ligação direta de um lote, contíguo à estrada nacional 246, de menor importância do que a IP2, na qual votou contra. O que aquela situação iria criar era que, quem viesse de Monforte e quisesse ir para Elvas, não viria a Portalegre e passaria a entrar por ali. A zona industrial, que do ponto de vista de ordenamento do território não servia para ser atravessada, mas sim para desenvolvimento industrial, não era suposto servir para as pessoas atravessarem, ao quererem ir para Elvas. Portanto, o desespero de se querer ter cá investimentos e trabalho não deveria significar o desordenamento do território. Não deveriam abrir-se precedentes para que cada empresário da zona industrial, que tenham lotes contíguos às duas estradas, criem ligações diretas às mesmas. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que não poderia votar aquela proposta favoravelmente porque, há uns anos atrás, um empresário da cidade tinha solicitado uma saída para a estrada nacional, não o IP2, que seria mais gravoso, mas noutra, onde circulavam e circulam centenas de carros diariamente e foi-lhe recusada. Portanto, a proposta atual deixava-o chocado porque mais uma vez se demonstrava que os empresários locais, homens da terra, eram sempre passados para segundo plano. Tal facto deixava-o triste, devido ao tratamento que banalizava os empresários da cidade. Mais disse não ser por acaso que a zona industrial teve os lotes todos vendidos mas, de um momento para outro, os lotes começaram a ficar vagos. Perguntou como era possível apostar no desenvolvimento económico da região se tratavam os empresários daquela forma. -----

A Presidente da Câmara disse estarem perante uma situação de acessibilidade que não era exclusiva de um único empresário. A outra questão, por comparação, foi chumbada por unanimidade e só beneficiava um empresário, além de por em risco outras situações. Por outro lado, aquela proposta agora apresentada era a melhoria de uma acessibilidade, já existente, que beneficiará todos os que quiserem entrar na zona industrial. Portanto, estavam perante duas coisas diferentes e os pareceres de outras entidades, também não tinham nada a ver com os atuais. Adiantou que o empresário relacionado com a primeira questão era o próprio Jorge Isidro. Era necessário dizer que, na altura, toda a vereação se tinha deslocado ao local e percebido que a acessibilidade em causa só iria servir uma pessoa, além de que havia o perigo da proximidade à rotunda e que a Estradas de Portugal tinha chumbado o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

projeto logo à partida. Quanto à segunda questão, salientou o facto do parecer da Estradas de Portugal ter sido positivo.-----

Usando novamente a palavra, Hugo Capote questionou qual tinha sido, à partida, o parecer da Estradas de Portugal. -----

A Presidente da Câmara, em resposta, esclareceu que, inicialmente, tinha a ver somente com a sinalética, mas foi corrigido. Explicou que só tinha havido uma conferência de serviços em que de imediato se fez a correção e a qual teve parecer favorável. Inclusive, a CCDR também deu parecer favorável. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro lembrou que além de ser empresário, também era membro daquela Assembleia Municipal e, acerca daquele assunto, falou enquanto membro da Assembleia. No entanto, a Presidente da Câmara, mais uma vez ali, faltou com a verdade, porque a Estradas de Portugal não tinham dado parecer desfavorável ao seu processo. -----

No uso da palavra, Rui Simplício perguntou se, em termos de custos, era ou não mais fácil para a empresa fazer um mero triângulo de acesso, ou fazer uma passagem aérea. Solicitou ainda informação sobre quem é que iria pagar aquelas obras, qual o custo das mesmas e qual o custo se tivessem de construir uma passagem superior. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que o processo tinha sido todo remetido à Assembleia Municipal e que do Protocolo resultava que quem iria pagar era a Jerónimo Martins. O Protocolo em questão tinha sido aceite em reunião de Câmara e aprovado ali, na Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, Rui Simplício disse que o Protocolo aprovado, não dizia como é que iria ser a entrada nem a saída e o mesmo estava aprovado pela Assembleia Municipal mas não estava assinado. O que gostaria de saber eram os custos que teriam a entrada e saída aérea. -----

A Presidente da Câmara informou que aquela entrada tinha um custo entre os 180.000 € e os 200.000 €. Sobre a outra, uma vez que não esteve em cima da mesa, não foram feitos cálculos.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que ficava admirado com o facto de quem pagava obras sobre o domínio público, ter o direito a fazê-las, só porque tinha dinheiro. Um dia, a democracia, teria de discutir bem porque é que haveriam de existir empresas que podiam fazer obras públicas, substituindo-se aos municípios e ao Estado e por que é que os demais empresários não tinham também direito aos acessos que seriam compensadores para a sua atividade. Confrontou a Presidente da Câmara com a seguinte questão: a venda dos lotes e a celebração da escritura dependia da pressão que estava a ser feita sobre a Assembleia Municipal, da aprovação de um nó de acesso? Pelo que se tinha ouvido ali, duas das intervenções poderiam fazer perigar a celebração daquele contrato. Não percebia muito bem como é que a Presidente da Câmara lhes levava, a seco, uma matéria daquela importância, sem sequer conferenciar com as bancadas e as opiniões das mesmas sobre a matéria. -----

A Presidente da Câmara lembrou que a matéria em causa decorria do protocolo, estava lá vertido e tinha sido aceite em reunião de Câmara e Assembleia. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que uma vez que constava do protocolo, quem é que pagava o quê e em que termos, e perguntou se à data da celebração do protocolo, já havia pareceres da Junta Autónoma das Estradas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, João Cardoso disse ver ali, na ligação de acesso em causa, uma escapatória e uma entrada em mão na zona industrial. Acrescentou que, atualmente, quem viesse da zona sul para ir para Elvas já cortava pelo eixo central da zona industrial. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que concordava com o que foi dito por Luís Testa, quando referiu que a Presidente deveria ter feito uma apresentação prévia do ponto.

Considerava aquele assunto importante, em termos económicos, para o concelho mas, em termos políticos, disse que a Assembleia não devia passar sem uma nota introdutória, para conhecer a parte fina da matéria. No entanto, pelo que lhes foi dado a apreciar, estavam confortáveis com aquela questão e iriam aprová-la. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que aquela sessão da Assembleia não era um proforma e nem estavam ali a fazer figura de corpo presente. A proposta ali apresentada e discutida na conferência de serviços, no final tinha um anexo da CCDR, num e-mail emitido pela Estradas de Portugal, que dizia: “Informa-se que quem faz a última análise sobre o projeto de execução não pode dar como viável a proposta de ligação da zona industrial ao IP2.” Perguntou qual era o problema. A Estradas de Portugal é que tinha levantado o problema e não deixava abrir a ligação. Sugeriu ao membro Jorge Isidro que apresentasse novamente a sua proposta, porque provavelmente passaria na Câmara e depois na Assembleia. Se aquele acesso iria beneficiar mais do que uma entidade, porque é que não o fizeram antes. Perguntou ainda porque é que não tinham proposto à Jerónimo Martins para adquirirem o terreno ao pé da Opel, no nó que já lá estava feito, de modo a terem acesso direto ao mesmo, visto ficar só a 100 metros e assim já não precisariam de fazer a ligação direta ao IP2. -----

A Presidente da Câmara informou que a Jerónimo Martins, para se instalar, tinha requisitos quanto ao local, bem como um perímetro de proteção. Devido a tal, estavam a concluir um estudo de impacto ambiental, o qual obrigava a um determinado perímetro de preservação de todo o complexo. Portanto, não poderia ser noutra local que não aquele. Relativamente à questão colocada, sobre a referência da CCDR, disse ter a ver com a faixa de aceleração e desaceleração, a qual era insuficiente. Contudo, bastou haver a correção de aumentar a mesma para, imediatamente, a CCDR emitir um parecer positivo. -----

No uso da palavra, João Cardoso disse não ter votado nunca contra nenhuma entrada, na zona industrial, do empresário Jorge Isidro, pois nem sequer fazia parte dos membros da Assembleia na altura. Certamente que cada caso era um caso, para ser analisado em particular. Portanto, não via mal nenhum em que se fizesse um acesso às bombas de gasolina que estavam na outra ponta da zona industrial. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que gostaria de saber se à data da votação do protocolo havia, ou não, parecer da Junta Autónoma das Estradas-----

A Presidente da Câmara não conseguiu responder à questão. -----

Novamente usando da palavra, Luís Testa disse ser óbvio que não havia, pois quando foi celebrado o Protocolo entre o Município e a Jerónimo Martins ainda não tinha sido colocada a questão à JAE, para saber se seria viável a construção daquele nó de acesso. Portanto, a existência de um parecer inicial negativo poderia fazer alterar a posição de votação daquela Assembleia ou da Câmara Municipal de Portalegre. E, portanto, não percebia que a Presidente da Câmara encontrasse no Protocolo o pomo da incoerência dos membros daquela assembleia e também dos Vereadores, pois tal não existia. O que existiam eram factos novos que podiam fazer ponderar uma nova posição dos membros atrás referidos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que se referiu ao Protocolo quando a questionaram sobre a pertinência de se levar ali aquele assunto, sobre o qual justificou que advinha não só do Protocolo, como da urgência da discussão pública, a qual coincidiu com aquela data, bem como o facto de estar no dito Protocolo que no dia 01 de junho, se a Assembleia aprovasse, seria feito o trespasse entre a Serraleite e a Jerónimo Martins. -----

Luís Testa disse que gostaria que a Presidente da Câmara esclarecesse se a figura jurídica era a do trespasse -----

A Presidente da Câmara disse que precisaria de ter ali consigo o protocolo para poder responder à questão colocada, sem lapsos de linguagem. -----

No uso da palavra Luís Testa lembrou à Presidente da Câmara que a mesma tinha falado no trespasse dos terrenos. -----

A Presidente da Câmara respondeu que não. Mas se disse, pediu desculpa, pois ao falar no trespasse era em relação ao negócio. Não estava a por em causa que a Assembleia pudesse chumbar, ou não, aquela hipótese. Quanto à questão que lhe tinham colocado sobre quem iria pagar a entrada disse que, na cláusula d), do protocolo, na penúltima linha, dizia o seguinte: "No número 2 da presente cláusula, sem prejuízo da assunção pela segunda outorgante da responsabilidade pela execução das referidas acessibilidades rodoviárias." -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que na sua primeira questão não podia ser descurada a resposta da segunda. Porque se já estava previsto, no Protocolo, que seria o adquirente a assumir os custos pela conclusão daquela obra de infraestruturação do terreno, estaria também previsto que seria aquela a tipologia de acesso e infraestruturação a ser pago pelo cliente. -----

A Presidente da Câmara respondeu que a tipologia não estava, obviamente. -----

No uso da palavra, o Vereador Nuno Santana acrescentou que era aquela a tipologia, a qual tinha o anexo 2, com os desenhos e que tinha sido aprovada pela Estradas de Portugal. Portanto, fazia parte integrante do Protocolo. Quando chegaram à parte da aprovação da alteração ao plano de pormenor disse que já tinham a aprovação da Estradas de Portugal ao projeto, onde foi emitido o parecer da CCDR, a dizer que se podia avançar com o procedimento. Na ata da conferência de serviços, realizada a 21.08.14, lembrou que a única entidade que tinha manifestado discordância tinham sido a Estradas de Portugal; o que ali estava de entrada a 13.02 e só depois é que foi feita toda a tramitação. Mais referiu que a data da assinatura do protocolo foi em 23.12.14. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que tinham respondido às suas questões todas, mas as conclusões que dali retiraram eram diferentes da verdade. Era um problema de interpretação. Aquele conteúdo global podia perfeitamente fazer alterar a posição dos eleitos locais. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro, quanto à data do protocolo, referiu que os membros daquela Assembleia tinham na sua posse os documentos que diziam que a CCDRA, pelo ofício 657, de 12.02.15, enviou o seu parecer, que dizia o seguinte: "Tendo a Estradas de Portugal, a única entidade que havia manifestado discordância com a proposta apresentada, modificado a sua posição, pode-se considerar como válido o exato conteúdo da ata de conferência de serviços de 21.08.14."; portanto a palavra final da CCDR era posterior à assinatura do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

protocolo, o que significava que o mesmo foi assinado antes de haver uma palavra final sobre a viabilidade de todo o conjunto e de todas as peças. -----

A Presidente da Câmara informou que a conferência de serviços já tinha sido no dia 21.08.14, muitos meses antes de se assinar o protocolo. Quando se assinou o protocolo, as acessibilidades já estavam perfeitamente definidas. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro sublinhou que embora estivessem definidas, ainda não estavam aprovadas, pois a palavra final da CCDR era de 12.02.15 e não havia uma garantia absoluta de que tal iria acontecer. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que, provavelmente, a conferência em causa deveria ter corrido tão bem que ficou suspensa, sem qualquer decisão. A CCDR, no final da conferência, anexou um e-mail da Estradas de Portugal, em que emitia parecer desfavorável.

No uso da palavra, Rui Simplicio disse que o investimento que iria ser realizado em Portalegre, pela empresa Jerónimo Martins, interessava a todos e resultava numa “falência” da Serraleite e que iria provocar desemprego, mas que iria modernizar a qualidade do bem produzido. Pelo que ouviu anteriormente, percebeu que na tal conferência de serviços já tinham chegado à conclusão que a entrada seria feita através de um triângulo, entre os serviços da Jerónimo Martins e os serviços da Câmara e, eventualmente, só. O que era de facto importante era que fossem vendidos os lotes da zona industrial. Gostaria que os órgãos da Câmara Municipal de Portalegre, com o plano diretor municipal que ali foi aprovado para 80.000 habitantes, que viessem muitas mais empresas e que situações como aquela ficassem logo esclarecidas de início. Naquele sentido, o seu voto seria positivo. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara lembrou aos presentes que estavam a falar de um investimento de cerca de 40 milhões de euros, em Portalegre. Evidentemente que esperava que tal investimento não se circunscrevesse somente àquela fábrica, mas que tivesse influência tanto a montante como a jusante. Nos últimos anos, disse não se recordar de ter havido um investimento daquele valor. Referiu, inclusive, que aquele plano esteve em discussão pública e, tanto quanto sabia, não apareceu nenhuma sugestão e/ou reclamação. --

No uso da palavra, Hugo Capote disse que a última intervenção da Presidente resumia a tentativa da sua chamada de atenção inicial, pois não era o facto de ser um investimento de 40 milhões que permitia ter um comportamento diferenciado entre os empresários. Obviamente que uma empresa como a Jerónimo Martins tinha outras armas e argumentos que um pequeno ou médio empresário do concelho não tinha e aquilo que marcava a diferença era a forma como se tratavam todos por igual, democraticamente. Mais disse que, na altura, votou contra a proposta do empresário Jorge Isidro porque, do ponto de vista de gestão do território, era um erro. Também o acesso em debate era um erro, pois os bairros e zonas industriais não podiam ser atravessadas por todo o tipo de trânsito. A sua convicção era de que, se não fosse da parte da empresa Jerónimo Martins, a Câmara nunca aprovaria tal acesso. Tal acesso só iria existir porque alguém se chegou à frente para o pagar, embora fosse a solução mais barata, independentemente dos problemas que possa causar à gestão da zona industrial. Aquela não podia ser a bitola com que o Município de Portalegre se governava.-----

Por fim, e depois de tudo o que se passou nas últimas semanas e com a marcação daquela sessão extraordinária, esperava que a Presidente da Câmara lhes tivesse dado uma palavra sobre o orçamento, pois já estavam em junho e continuavam sem saber de nada. Mais uma vez a Presidente do Município estava em falta com aquela obrigação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Usando da palavra, Luís Testa disse que registavam com estranheza a forma como a Presidente de Câmara se queixava da forma como os portalegrenses participaram naquele projeto. Os portalegrenses tinham-na elegido, bem como à sua equipa, para tratarem dos problemas e aquela era uma democracia representativa. Admirava-o o facto de um assunto daqueles, benéfico para Portalegre, tivesse a ser quase estragado pelo condão de a Presidente de Câmara ter falta de maleabilidade para o tratar, juntamente com a oposição. Não percebia qual era a aversão que a Presidente da autarquia tinha para com aqueles que tinham, exatamente, o mesmo grau de legitimidade e que ali estavam para ajudar Portalegre. A Presidente da Câmara descartava, sistematicamente, aquilo que eram as propostas da oposição e quando não o fazia, dizia que já estava a pensar nelas. Portanto, a bem da comunidade, achava que a autarca deveria fazer um ato de reflexão profunda e tentar inverter aquele caminho do virar de costas à oposição e compenetrar-se nas suas funções e competências principais, que eram governar Portalegre.-----

A Presidente da Câmara disse que nunca chamou apáticos aos cidadãos de Portalegre. O que já tinha dito foi que o Protocolo em causa foi já assinado e já tinha, na proposta em anexo, a figura ali apresentada.-----

No uso da palavra, Jorge Isidro referiu, enquanto empresário e cidadão, que estava revoltado e indignado contra a tomada de decisão da autarquia, porque para o empresário Jerónimo Martins houve uma atitude completamente diferente da que existia para um empresário local.

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, por 22 votos a favor e 5 abstenções (4 CDU + 1 Independente, Jorge Isidro) em 27 presenças aprovar a alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Portalegre.-----

Declaração de voto - PS (Luís Testa)

“Pese embora o esforço que a Presidente de Câmara e que a bancada do CLIP exerceu para nos fazer votar contra a proposta que hoje aqui apresentou, o PS vem aprová-la porque o interesse máximo é o de Portalegre.”

Declaração de voto - Independente (Jorge Isidro)

“A minha abstenção prende-se com o facto de a proposta apresentada e aprovada, já ter sido apresentada uma solução semelhante para outro empresário e ter sido recusada e neste caso agora e aqui o executivo resolveu aprová-la. Portanto, considero que não existe equidade sobre as situações e foi por esse motivo que me abstive.”

Aprovação em minuta:

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos presentes na sala. -----

FALTAS: Faltou o membro Artur Correia. -----

ENCERRAMENTO:

=====



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da mesa, encerrada a 5.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 22.30 h, do dia 26 de maio do ano de 2015 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----